

RADICAIS DE OCASIÃO

ANTONIO CANDIDO

Uma das figuras mais originais e características da nossa era é a do revolucionário profissional, como foi definida pelos bolchevistas no começo do Século. O militante inteiramente consagrado à atividade política, materialmente sustentado por uma organização partidária, a que deve dar, em princípio, adesão completa, obediência sem reservas, todo o seu pensamento e a sua ação, não devendo, como um clérigo, ter outro compromisso. A esses homens, formados segundo a mentalidade exclusivista das seitas, o nosso tempo deve algumas das suas realizações mais espantosas, tanto as redentoras quanto as atroz.

Mas é também interessante o tipo oposto, do homem sem qualquer compromisso com a revolução, que freqüentemente até é contra ela, e no entanto, nalgum período, ou apenas nalgum instante da vida, fez alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura. Se fosse possível computar esses fatos ocasionais, essas atividades temporárias, talvez resultasse um total imenso de forças. Por isso, é atraente investigar os atos discordantes dos conformistas, os escritos radicais dos conservadores, os períodos de lucidez revoltosa dos desinteressados, as lutas passageiras dos apáticos.

As vezes, tudo isso acontece por causa de uma ocorrência marcante, que chama a atenção de todos e abre os olhos de alguns, suscitando pronunciamentos de quem menos se esperava, onde menos se esperava. A Revolução russa de 1905 (o "domingo sangrento"), por exemplo, mexeu com a sensibilidade de muito intelectual geralmente pouco interessado por essas coisas, mas, com certeza, movido pelo cunho dramático do noticiário e pela grandeza dos movimentos de massa, que fazem chegar de repente à consciência das classes médias o que há de iníquo na base da sociedade.

No Brasil, ela repercutiu até na revista *Kosmos*, luxuosa, agrandada, que se publicou no Rio entre 1904 e 1909 (recentemente, Antonio Dimas de Moraes lhe consagrou uma tese penetrante e bem fundada). No número 3 do volume II, março de 1905, um Silva Marques, que não sei quem seja, estampou uma crônica chamada "Pelo Mundo — A Revolução russa", onde, além de simpatia, manifesta uma grande clarividência. Depois de expor a brutalidade da autocracia e os direitos das nacionalidades oprimidas (lugares comuns liberais), termina neste tom:

"Na capital do império e nas províncias mais próximas agita-se o turbilhão das reivindicações operárias, dos reclamos do povo, virtual e positivamente separado do trono.

Quem poderia conter a explosão? Que a estrela do povo russo, tanto tempo desmaiada e perdida na sombria noite do Czarismo, possa iluminar os seus destinos, poupando-lhe o eclipse do Terror que precedeu os primeiros alhores da democracia na França! Mas isso não passará talvez de um voto, o de todos os espíritos contrários a violências inúteis.

A Rússia do Século XX viverá sem dúvida a França de oitenta e nove. A história se repete, os povos obedecem aos mesmos destinos".

Apesar do horror à violência, nota-se que esse provável liberal, posto em face de uma tirania irremediável e alertado pelo transbordamento da miséria popular, foi capaz de ver a legitimidade da rebelião e o papel da violência revolucionária.

No número anterior da mesma revista, Olavo Bilac (uma das suas figuras-chave) tinha publicado uma crônica de abertura apoiando o levante com simpatia, achando que o governo do tsar teria de ceder e promover reformas, exaltando "a nobre revolta dos escravos contra os seus senhores" e fazendo "também um protesto contra a estúpida crueza das guerras" (como se sabe, a russo-japonesa, de 1904-5, foi um dos motivos que aguçou o descontentamento popular e contribuiu para o movimento de São Petersburgo). A propósito, faz uma profissão de fé antibelicista, aparentemente estranha, vista de hoje, no escritor que dez anos depois seria o porta-voz do nacionalismo militarista:

"O mal não pode continuar; porque os povos, conhecedores da origem e das causas da moléstia, reagem pelos meios ao seu alcance: nos países civilizados, enchendo os parlamentos de deputados socialistas, e, na Rússia semibárbara, apelando para a bomba explosiva, para o punhal, para o veneno, e para os levantes em massa".

Vê-se pelo contexto que essas “causas” e essa “origem”, que justificam o socialismo parlamentar de um lado e, de outro, o terrorismo, são concebidas a partir de uma explicação das guerras de cunho socialista, pondo em primeiro plano a competição econômica entre os países e os interesses das suas classes dirigentes. Nesse momento, emocionado pelo levante russo, Bilac manifesta uma simpatia nutrida pelo vago socialismo sentimental que Elói Pontes estuda nele com bons elementos, tomados aos seus escritos dispersos. (*A Vida Exuberante de Olavo Bilac*, 2 v., Rio, J. Olympio, 1944, 2.º v., p. 568-578). Esse pendor socialista, mais humanitário do que político, era freqüente entre os intelectuais do tempo, assim como um certo anarquismo, e geralmente não levava a nada. Eles o assumiam entre outros sentimentos, como inconformismo que no fundo podia ser modalidade da aversão estetizante ao burguês entre aspas, o filistino obtuso em face da arte. Esse radicalismo verbal, talvez estimulado pela influência avassaladora de Eça de Queirós, é o oposto exato do compromisso militante, que se exprime em suas formas mais estritas no quadro exigente do partido.

No caso de Bilac, poderia ocorrer aqui e ali uma noção mais coerente, para além da parolagem simpática dos boêmios da Confeitaria Colombo, onde aparecia o seu amigo Alceste De Ambrys, socialista italiano que viveu muitos anos no Brasil e quem sabe lhe comunicou princípios mais sólidos.

Bilac não era o único a manifestar vaga e inconseqüentemente pruridos socializantes. Falando das rodas boêmias daquele tempo, diz Luís Edmundo com certa complacência irônica, de quem recorda loucuras de mocidade, inadmissíveis (é claro) na idade da razão:

“Essa plêiade de jovens literatos não prega somente a revolução em assuntos de letras, prega-a, também, em matéria de idéias sociais. Acha-se pouca a liberdade do homem, a igualdade uma ficção, a fraternidade uma pesada intrujice, o mundo inteiro, enfim, povoado só de preconceitos antinaturais e estúpidos. Aplauda-se, por isso, o emprego da dinamite e do punhal, na recomposição de uma sociedade moderna.

É assim que somos, quase todos, socialistas”.

(*O Rio de Janeiro do meu Tempo*, 3 v., Rio, Imprensa Nacional, 1938, 2.º v., p. 692-3).

Na *Vida de Lima Barreto*, (Rio, J. Olympio, 1952), Francisco de Assis Barbosa fornece dados e faz observações pertinentes a respeito desse anarquismo e desse socialismo de literatos, de origens

diversas e algumas variantes (p. 149-154). Há também indicações em Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil-1900*, (Rio, Ministério de Educação e Cultura, 1956, p. 117-120). A leitura das *Modernas Correntes Estéticas da Literatura Brasileira*, de Elísio de Carvalho, (Rio, Garnier, 1907), mostra a existência de um anarquismo humanitarista de fundo tolstoiano em gente como Curvelo de Mendonça e Fábio Luz. O próprio Elísio declarou-se socialista, — um socialismo passageiro e confuso, ligado em parte à sua adesão à escola poética francesa chamada Naturismo, de ânimo muito participante, fundada por Saint-Georges de Bouhélier sob a influência do naturalismo humanitário do último Zola (o genro deste, Le Blond, pertencendo ao movimento). Mas como sofreu também a influência de Stirner e Nietzsche, misturou-o a um anarquismo aristocrático e individualista, que, associado ao seu esteticismo recalcado, acabou desandando num esnobismo diletantesco e, mais tarde, num nacionalismo reacionário afidalgado e racista. Grande salada, estranha evolução, como se vê. Mas é preciso lembrar, mais uma vez, que o “ódio ao burguês” e o sentimento do papel excepcional do artista levavam a esses cozidos ideológicos.

Elísio admirava João do Rio, a cujo famoso inquérito literário respondeu em 1905. Dedicando-lhe em 1909 o curioso livro *Five o'Clock* (Rio, Garnier), — monumento de esnobismo e afetação, situado entre a sua fase libertária e a sua fase nacionalista, — eis como o caracteriza:

“Artista bizarro, atormentado e cintilante, admirável como Jean Lorrain e paradoxal como Oscar Wilde, — seus mestres, voluptuoso, requintado, nostálgico como um lírico e impulsivo como um bárbaro, ao mesmo tempo místico como Verlaine e pagão como d’Annunzio, a imaginação fulgurante ávida sempre das sensações do raro e do imprevisito, que se tornou o historiógrafo estranho da alma encantadora das ruas, o melancólico analista da escola dos vícios, o psicólogo sutil, e às vezes cruel, das religiões, das crenças e dos cultos da nossa cidade, o cronista elegante, e o mais singular, das luxúrias, das perversões, das vesânicas, das sensualidades, das bizarras inconfessáveis e das grotescas vaidades da nossa gente (...).”

João do Rio devia ser assim mesmo, ao que parece, descontentando-se o tom alambicado desta peça de esteticismo barato, do tipo que se procurava praticar então no Rio, para dar à cidade modernizada pelo governo Rodrigues Alves um ar requintado igual ao de “lá fora”. É certo que, ao contrário de Elísio e outros, nunca teve veleidades socialistas, nenhuma fase de anarquismo literário, nenhum interesse pelos pontos de vista mais ou menos radicais. Pelo con-

trário, as suas manifestações patrióticas são maciçamente conservadoras, do corte mais convencional. Era um jornalista adandinado, procurando usar a literatura para ter prestígio junto às camadas dominantes, acabando, segundo muitos, por vender a pena aos ricos portugueses do Rio. E a imagem duvidosa que ficou dele foi a que ele quis, movido sem dúvida por aquela perversidade elegante, copiada de Wilde e do desagradável Jean Lorrain, o que duelou com Proust e, segundo George Painter, talvez tenha contribuído para alguns traços do Barão de Charlus.

Esse João do Rio desfrutável e rebolante atçou as iras de muita gente, sobretudo as de Antônio Torres, que na violenta introdução de *As Razões da Inconfidência* (Rio, Castilho, 1925) o trata de modo tão desabrido que ainda hoje chega a constranger, chicoteando a sua venalidade de escriba da colônia portuguesa e aludindo cruelmente à sua triste morte dentro de um táxi. Mais tarde, Elói Pontes o apresenta como um ignorante apressado, plagiário, cínico ao ponto de inventar para si mesmo uma aura de escândalo e perversão que não corresponderia à realidade, mas colou-se para sempre ao seu nome. (*Obra Alheia*, Rio, Selma, s.d., p. 19-32.) Foi preciso chegar a uma outra geração, que não o conheceu pessoalmente, para se ouvir a primeira voz justa, — de Rosário Fusco, que o avalia bem e registra a sua influência sobre muitos contistas e cronistas (*Vida Literária*, S. Paulo, Panorama, 1940, p. 214-221).

Hoje, com a curiosidade pelo *art-nouveau*, ele está começando a interessar de novo, e já apareceu uma seleção de seus escritos, feita por um admirador fiel, Luís Martins. Essa volta é justa, porque no escritor superficial e brilhante ocorriam diversos filões, alguns curiosos, alguns desagradáveis e outros que revelam um inesperado observador da miséria, podendo, a seus momentos, denunciar a sociedade com um senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e do anarquismo; que não encontramos, também, em nenhum dos seus detratores, inclusive Antônio Torres, que tinha o reacionarismo desabrido, freqüente nos panfletários. Esse João do Rio clarividente é o da primeira fase, sem dúvida a melhor. O d'*As Religiões no Rio* (1906), d'*A Alma Encantadora das Ruas* (1908), de *Cinematógrafo* (1909). Depois, ele enveredou por uma lusofilia bastante suspeita e um patriotismo publicitário, retórico, bem-pensante, ao mesmo tempo que afiava como contrapeso o esnobismo decadente e o franco cinismo.

N'*A Alma Encantadora das Ruas* (Rio, Garnier, 1908), há uma parte chamada "Três Aspectos da Miséria", onde se pode notar uma

espécie de evolução do olhar que registra, e vai caminhando do gosto pelo pitoresco e da constatação para a cólera e a revolta. A crônica denominada ironicamente "Sono Calmo" descreve a visita a um albergue noturno, um pouco como se fosse episódio picante do tipo da famosa *tournee des grands-ducs*, em Paris; mas a que fala das crianças exploradas na mendicidade tem um certo arrepio de humanidade ferida. Nisso tudo, há curiosidade pelo pitoresco da miséria e gosto perverso da aberração, como fica patente na crônica de *Cinematógrafo*, onde, a propósito de uma expedição à zona do crime, evoca as degradações de Dorian Gray ("As Crianças que Matam..."). Mas de qualquer modo, nesses casos ele estava desafiando no coro de louvações do tipo "o Rio civiliza-se", que saudava a urbanização e o saneamento como feitos suficientes. Estava, na verdade, mostrando a ferida escondida pela ostentação.

Quando chega aos operários e verifica as condições em que labutam, o olhar ameno se turva e o monóculo artificial chega a soltar alguns raios de indignação clarividente. Naquela série d'*Alma Encantadora das Ruas*, o artigo "Os Trabalhadores da Estiva" denota quase uma tomada de posição, quando louva a organização de classe e a defende das censuras de subversão:

"Que querem eles? Apenas ser considerados homens, dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho, para descansar e viver".

E desenvolve o tema pelo boca de "um deles, magro, de barba inculta":

"— O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? É mais fácil estourar um trabalhador que um larápio? O capital está nas mãos de um grupo restrito e há gente demais sem trabalho. Não acredite que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados. Vemos claro, e desde que se começa a ver claro, o problema surge complexo e terrível. A greve, o senhor acha que não fizemos bem na greve? Eram nove horas de trabalho. De toda a parte do mundo os embarcações diziam que o trabalho da estiva era só de sete! Fizemos mal? Pois ainda não temos o que desejamos" (p. 194).

Em "A Fome Negra", descreve a labuta numa ilha da baía de Guanabara, — os homens quebrando pedras, lascando minérios, transportando manganês, esquelidos, mal pagos, brutalizados, confinados numa espécie de campo de concentração:

“Vivem quase nus. No máximo, uma calça em frangalhos e uma camisa de meia. Os seus conhecimentos reduzem-se à marreta, à pá e ao dinheiro; o dinheiro que a pá levanta para o bem-estar dos capitalistas poderosos; o dinheiro que os recurva em esforços desesperados, lavados de suor, para que os patrões tenham carros e bem-estar” (p. 200).

Ele conta que passou dias ao sol, de bote, daqui para ali, superando obstáculos, a fim de poder observar essa realidade atroz, que o moveu a ponto de torná-lo por um instante um arremedo de agitador:

“Para os contentar, perguntei:

— Por que não pedem a diminuição das horas de trabalho?

As pás caíram bruscas. Alguns não compreendiam, outros tinham um risinho de descrença:

— Para que, se quase todos se sujeitam?

Mas, um homem de barbas ruivas, tismado e velho, trepou pelo monte de pedras e estendeu as mãos:

— Há de chegar o dia, o grande dia!

E rebentou como um doido, aos soluços, diante dos companheiros atônitos” (p. 205).

Na vida pelintra desse wildeano, é um átimo de sentimento radical. Não esqueçamos que Wilde, depois da desgraça e do presídio, escreveu *The Soul of Man Under Socialism*, tirada sentimental de um igualitarismo idílico, ingênuo, que talvez haja tocado o discípulo brasileiro.

A experiência da perigosa reportagem sobre a ilha deve ter não apenas ferido os seus sentimentos, mas também despertado umas faíscas de passageira clarividência social. A crônica “Os Humildes”, incluída no livro *Cinematógrafo* (Porto, Chardron, 1908), é um dos escritos mais corajosos e lúcidos que um escritor brasileiro, não militante político, produziu sobre a situação do trabalhador. Por falta de pagamento, os operários da Companhia do Gás do Rio de Janeiro entraram em greve e a cidade ficou escura. O nosso esteta floral comenta:

“Esta greve do gás, que pôs em treva a cidade tantos dias, deixa-me apenas mais radicado um sentimento doloroso. E esse sentimento

doloroso, nascido de longa observação, é tão banal que talvez toda a gente o tivesse, se observasse.

Quando pensou a cidade que havia, com efeito, por trás daquela sinistra fachada do Gás, homens a suar, a sofrer, a morrer para lhe dar luz que é civilização e conforto? Quando esses homens, desesperados, largaram as pás, enxugaram o suor da fronte e não quiseram mais continuar a morrer, que idéia fazia a cidade — aquela elegante menina, este rapazola de passo inglês, o negociante grave, o conselheiro, o empregado público, os apaniguados da Sorte, daquele bando de homens, negros de lama do carvão e do suor, torcionados pelo Peso e pelo Fogo? Nenhuma. Esses pobres diabos, homens como nós, com família, com filhos, com ideais talvez, não existiam propriamente; eram como o coque, como os aparelhos de destilação, como os fornos uma quantidade componente do fato estabelecido neste princípio breve: *ex fumo dare lucem*. Mais nada. Só ao acender o bico de gás em vão é que surgiu a idéia do operário, do homem preso nas malhas de ferro de um sindicato poderoso, com a frase:

— Os operários fizeram greve...

É a noção de uma classe de oprimidos, classe diminuta, classe anônima, com a sua vida inteira amarrada à polé do trabalho horrído, e que, de repente, só ao cruzar os braços, punha em sombra uma cidade inteira” (p. 193-4. Naquele tempo, “sindicato” queria dizer, sobretudo, grande companhia capitalista).

Neste trecho, fica evidente a solidariedade em relação ao operário e a percepção do significado da greve como arma de luta, pairando acima de tudo o sentimento de revolta pela brutalidade duma organização social que destrói sistematicamente o pobre, sem ao menos tomar consciência dele. O artigo continua expandindo-se em revolta humanitária, contando fatos de morte e exploração do trabalho, lembrando a dificuldade que os interesses capitalistas opõem aos que desejam informar-se. Fala da perseguição sofrida pelos operários que ousam protestar contra esse estado de coisas:

“De vez em quando, um desses devotados, também humilde mas possuído da vontade fraterna de melhorar a sorte dos companheiros, surge, fala de ‘emancipação do operariado’ e de outras coisas graves, tolenes e vazias. É um homem ao mar. Nem tu, nem aquele cavalheiro proprietário o conhecem. Mas a polícia já sabe que o bandido é um anarquista infame, os feitores não o largam com o olhar, os companheiros o evitam ou chasqueiam na sua ignorância das suas

idéias de associações de classe, e o diretor da Companhia, a Companhia, o Sindicato, o Trust, a entidade absoluta e poderosa que detém as energias humanas enfim, têm o seu retrato com uma cruz no grupo fotográfico dos operários, recebe informações da sua pessoa, faz o *dossier* do crime para esmagá-lo com uma patada na primeira ocasião” (p. 199).

E essa tirada, quase no fim:

“A greve! A greve é ainda uma anomalia entre nós, quando a exploração do capital é um fato tão negro como na Europa. Mas é que lá os humildes começam a se reconhecer e aqui eles ainda são tão pobres, tão tímidos, carne de bucha da sociedade, tão ignorados dela que se ignoram quase totalmente a eles mesmos” (p. 200-201).

Nesses momentos raros e fortes, o diletante frívolo que se encarnava no Barão Belfort ou em Godofredo de Alencar vale mais do que os seus críticos. E, no dia do Juízo Final, tais momentos haverão de ser computados como a sua hora e vez.